

Alan M. Zuffo
Jorge G. Aguilera
Bruno R. de Oliveira
Rosalina E. L. Zuffo
Aris V. Peña
Organizadores

CIÊNCIA
EM FOCO
VOLUME VI



2021

Alan Mario Zuffo
Jorge González Aguilera
Bruno Rodrigues de Oliveira
Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo
Aris Verdecia Peña
Organizadores

Ciência em Foco Volume VI



Pantanal Editora

2021

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com.

Revisão: O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Profa. Msc. Adriana Flávia Neu

Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior

Profa. Msc. Aris Verdecia Peña

Profa. Arisleidis Chapman Verdecia

Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva

Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo

Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu

Prof. Dr. Carlos Nick

Prof. Dr. Claudio Silveira Maia

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos

Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva

Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos

Prof. Msc. David Chacon Alvarez

Prof. Dr. Denis Silva Nogueira

Profa. Dra. Denise Silva Nogueira

Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão

Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves

Prof. Me. Ernane Rosa Martins

Prof. Dr. Fábio Steiner

Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza

Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez

Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles

Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira

Prof. Msc. Javier Revilla Armesto

Prof. Msc. João Camilo Sevilla

Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales

Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski

Prof. Msc. Lucas R. Oliveira

Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela

Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez

Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan

Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann

Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior

Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos

Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla

Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira

Profa. Msc. Núbia Flávia Oliveira Mendes

Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira

Profa. Dra. Patrícia Maurer

Profa. Msc. Queila Pahim da Silva

Prof. Dr. Rafael Chapman Auty

Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke

Instituição

OAB/PB

Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã

UO (Cuba)

IF SUDESTE MG

Facultad de Medicina (Cuba)

ISCM (Cuba)

UFESSPA

UEA

UNEMAT

UFV

AJES

UFGD

UEMS

IFPA

UNICENTRO

IFMT

UFMG

URCA

ISEPAM-FAETEC

IFG

UEMS

UFF

(Colômbia)

UNAM (Peru)

IFRR

UCG (México)

Mun. Rio de Janeiro

UNMSM (Peru)

UFMT

Mun. de Chap. do Sul

IFPR

Tec-NM (México)

Consultório em Santa Maria

UFJF

UEG

FAQ

UNAM (Peru)

SEDUC/PA

IFB

IFPA

UNIPAMPA

IFB

UO (Cuba)

UFMS

Prof. Dr. Raphael Reis da Silva	UFPI
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes	UFG
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo	UEMA
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos	IFB
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca	UFPI
Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira	FURG
Profa. Dra. Yilan Fung Boix	UO (Cuba)
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme	UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	Ciência em foco [livro eletrônico] : volume VI / Organizadores Alan Mario Zuffo... [et al.]. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2021. 200 p.: il. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-81460-17-4 DOI https://doi.org/10.46420/9786581460174 1. Ciência – Pesquisa – Brasil. 2. Pesquisa científica. I. Oliveira, Bruno Rodrigues de. II. Zuffo, Alan Mario. III. Aguilera, Jorge González. IV. Peña, Aris Verdecia. V. Zuffo, Rosalina Eufrausino Lustosa. CDD 001.42
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

A obra “Ciência em Foco Volume VI” em seus 17 capítulos, apresentam trabalhos relacionados com o desenvolvimento de novas tecnologias principalmente vindas das universidades. Os trabalhos mostram algumas das ferramentas atuais que permitem o incremento a melhoria da qualidade de vida da população, o atendimento no setor público, os impactos no meio ambiente, além da saúde pública, entre outras. A obra, vem a materializar o anseio da Pantanal Editora na divulgação de resultados, que contribuem de modo direto no desenvolvimento humano.

Avanços em diversas áreas do conhecimento, entre elas, nas áreas de Ciências Sociais, Saúde, Educação, entre outras, estão presentes nesses capítulos. Temas associados aos impactos ambientais urbanos, ao uso de drogas em gestantes, ao estudo da visão da mulher negra, a percepção dos servidores de uma escola pública federal, ao ensino de física durante a pandemia, automedicação no Brasil, a correlação entre a doença de Chagas e indicadores socioeconômicos, ao cuidado farmacêutico em pacientes idosos usuários de polifarmácia, a determinação do impacto da intoxicação medicamentosa, ao papel do farmacêutico na promoção da saúde a pacientes portadores de transtornos mentais, a utilização do cravo na produção de repelente, a ética na gestão da qualidade do serviço público, a tradução de poesia e retradução, a concepção e marcos de projetos político-pedagógicos na enfermagem.

Aos autores dos diversos capítulos, pela dedicação e esforços sem limites, que viabilizaram esta obra que retrata os recentes avanços científicos e tecnológicos, os agradecimentos dos Organizadores e da Pantanal Editora.

Por fim, esperamos que este livro possa colaborar e estimular aos estudantes e pesquisadores que leem esta obra na constante procura por novas tecnologias. Assim, garantir uma difusão de conhecimento fácil, rápido para a sociedade.

Os organizadores

Sumário


Apresentação	4
Capítulo I	7
Impactos ambientais Urbanos: O exemplo do Bairro de Stella Mares – Salvador-BA.....	7
Capítulo II	17
Uso de drogas de abuso por gestantes	17
Capítulo III	32
Um Estudo Sobre A Visão Da Mulher Negra Na Obra “O Cortiço”, E Estereótipos Que Ainda Persistem No Século XXI	32
Capítulo IV	40
Estudo do perfil de consumo do centro de abastecimento de Parauapebas-PA	40
Capítulo V	52
Clima organizacional: percepção dos servidores de uma escola pública federal	52
Capítulo VI	65
O ensino de física durante a pandemia em Teresina - PI: relatos dos seus docentes.....	65
Capítulo VII	86
Avaliação do potencial citogenotóxico de extratos aquosos de <i>Hibiscus sabdariffa</i> L. por meio do teste <i>Allium cepa</i> L.....	86
Capítulo VIII	97
A automedicação no Brasil e a importância do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos: uma revisão bibliográfica	97
Capítulo IX	105
Correlação entre a doença de chagas e indicadores socioeconômicos no estado do Pará	105
Capítulo X	114
Cuidado farmacêutico em pacientes idosos usuários de polifarmácia: uma revisão de literature.....	114
Capítulo XI	127
Determinação do impacto da intoxicação medicamentosa frente aos usuários de medicamentos	127
Capítulo XII	135
O Papel do Farmacêutico na Promoção da Saúde a Pacientes Portadores de Transtornos Mentais: Uma Revisão da Literatura.....	Erro! Indicador não definido.
Capítulo XIII	149
A utilização do cravo na produção de repelente no ambiente escolar.....	149
Capítulo XIV	166
A ética na gestão da qualidade do serviço público.....	166
Capítulo XV	176
Tradução de poesia e retradução: um estudo sobre <i>Poema sujo</i>	176
Capítulo XVI	185

Concepção e marcos de projetos político-pedagógicos na enfermagem.....	185
Capítulo XVII	191
Uma discussão sobre a utilização da inteligência artificial no judiciário brasileiro	191
Índice Remissivo	198
Sobre os organizadores.....	199


A ética na gestão da qualidade do serviço público

Recebido em: 16/11/2021

Aceito em: 23/11/2021

 10.46420/9786581460174cap14

Ademilson Marques de Oliveira^{1*} 

Herlem Raquel Barbosa Marques² 

INTRODUÇÃO

A partir de uma análise reflexiva das concepções éticas, e dialogando com diversos períodos históricos da antiguidade a contemporaneidade, propomos sistematizar nosso pensamento, a fim de trabalhar os pressupostos éticos como necessário para a gestão da qualidade no serviço público.

Desta forma, o tema do nosso artigo formula a seguinte questão problema: “Por que a ética é indispensável na gestão da qualidade no serviço público?”.

Em seguida, levantamos algumas hipóteses, tais como: Existe verdade absoluta do ponto de vista filosófico? É possível questionar as verdades éticas? Por que a ética é indispensável no serviço público? Qual a importância da ética na gestão da qualidade?

Afinal, o nosso objetivo é demonstrar a necessidade da ética nas relações profissionais, a fim de que a instituição possa prestar serviços de excelência aos seus usuários. Neste sentido, no dicionário de filosofia, Nicola Abbagnano, sobre o conceito de ética, fala que:

Em geral, ciência da conduta. 1ª a que a considera como ciência do *fim* para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos *meios* para atingir tal *fim*, deduzindo tanto o fim quanto os meios da *natureza* do homem; 2ª a que a considera como ciência do *móvel* da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta (Abbagnano, 2007).

Então, justifica-se esta pesquisa, pois uma sociedade sem ética está caminhando para o retrocesso da civilização. Ela é tão valorosa para as relações sociais, que está presente nas reflexões desde a história antiga até os dias de hoje.

Portanto, este artigo é de relevância para todos que buscam conhecimentos nesta seara, em especial para os servidores públicos, sejam eles: municipais, estaduais ou federais.

¹ É aluno do Mestrado Profissional em Informática na Educação, no IFRS – Campus de Porto Alegre. É Especialista em Filosofia e Psicanálise pela UFES, Especialista em Informática na Educação pelo IFES, Especialista em Gestão Educacional pelo CESAP. Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília e em História pelo Claretiano – Centro Universitário. E-mail:

² É Bacharel em Comunicação Social – com Habilitação em Jornalismo e Pós-Graduada em nível de Especialização em Gestão Pública pela FAVENI.

* Autor correspondente: professorfilosofoademilson@gmail.com

Para este estudo optou-se em uma metodologia de pesquisa bibliográfica, com base em referências pertinentes ao tema. Logo, trabalhemos com fontes secundárias como: livros, artigos, sites científicos, revistas, teses e dissertações que versam sobre o assunto.

Após a leitura do material, foi feito fichamento dos textos destacados e posteriormente foi realizada uma comparação entre os diversos autores. Finalmente foi construída nossa pesquisa embasada nos estudos anteriores.

Como o tema é bastante rico em informações, priorizam-se aquelas que mais se identificavam com a linha de pesquisa adotado do tema do nosso artigo.

Deste modo, após a parte introdutória, no desenvolvimento é aprofundado a reflexão sobre ética, a partir do olhar de diversos filósofos. Posteriormente, é feita uma relação da ética com os direitos e deveres do servidor público. E, em seguida, é reservada uma seção para reflexão acerca da Ética Versus Implantação da Gestão da Qualidade - Ciclo PDCA. Finalmente mostramos nossas conclusões.

REFLEXÕES ÉTICAS

É importante ter em mente, que falar de ética é sempre muito prazeroso, pois é um tema que sempre inquietou o homem. Assim, na busca do prazer, para bem entender a necessidade da ética no serviço público, provoca-se a seguinte indagação: quais os pressupostos da ética filosófica?

Em referência às questões éticas, a estudiosa, Cláudia Maria Bonifácio (2009), dessa forma responde:

A questão ética surge, portanto, no momento em que é feito um apelo a iniciativa do homem, pressuposto que sua ação não é condicionada pelo curso natural das coisas. Importa, pois, determinarmos o lugar da ética na atividade do homem. A dimensão ética da ação inscreve-se na temporalidade própria do existir: capacidade de iniciativa para forjar, por si mesmo, seu ser futuro: poder de agir, decisão fundada na deliberação².

A exigência ética implicada na ação é, precisamente, a determinação da vontade na realização daquilo que a existência contém em si enquanto ainda não realizado.

Segundo a historiografia filosófica, Sócrates deu um grande exemplo de ser ético, ao ser preso, acusado de corromper os jovens, teve oportunidade de fugir, mas não quis, pois, acreditava que esta ação infligiria sua consciência.

Também, nesta esteira temos que considerar a ideia platônica, pois, Platão, através da reflexão sobre o mundo ideal em relação ao mundo real apresenta uma proposta ética. Bonifácio (2009), fala que:

Platão foi o primeiro a enfrentar filosoficamente, isto é, compor um rigor de método e profundidade de reflexão, a questão do bem. A interrogação platônica visará a questão do “bem em si mesmo” e de como este “bem” se apresenta com bem-para-nós, ou seja, como bem na vida humana³.

² Informação retirada do site: <https://www.webartigos.com/artigos/etica-o-que-significa-ethos/28870/>

³ Idem.

Portanto, a ideia de bem, neste caso, é composta de três propriedades constitutivas: a proporção ou medida, a beleza e a verdade.

Já em Aristóteles (1992), bem resumido, baseado na ética das virtudes, entende-se que as virtudes éticas do homem resultam no hábito: o que é próprio do homem é que ele é capaz de estabelecer fins que visem à justiça e, pelo exercício, de atualizar esse bem. Aristóteles é fundador da ética filosófica. Todo o esforço da ética enquanto disciplina autônoma será, a partir de Aristóteles, o de pensar, ante essa fragilidade e instabilidade que são inerentes ao ser-aí do homem, possibilidades de existência que possam pretender a uma certa constância, e, nesse sentido, pensar as práticas que merecem ser habituais, sem que se abandone, no entanto, as exigências de concretude que condicionam a vida prática do homem. No contexto sobre a ética aristotélica, Reale e Antiseri, no volume 1, relata:

Todas as ações humanas tendem a “fins” que são “bens”. O conjunto das ações humanas e o conjunto dos fins particulares para os quais elas tendem subordinam-se a um “fim último”, que é o bem “bem supremo”, que todos os homens concordam em chamar “felicidade” (Reale; Antiseri, 2007).

Por outro lado, na modernidade, Kant (1980) representa uma ruptura em relação a concepção prevalente do mundo antigo e medieval. A ética aristotélica apresentada como meio da felicidade (eudaimônica) e da finalidade (teleológica), onde a noção da natureza humana é determinante para atingir a excelência. Kant recusa a procura da felicidade ou qualquer outro bem como finalidade da ação humana. Sua crítica à possibilidade de conhecermos a essência (núcleo) do mundo e das coisas determina a produção de uma ética do dever da ação humana.

Já Hegel concebeu um dos sistemas éticos mais profundos da modernidade, reformulou a noção aristotélica e articulou-as aos problemas sociais e políticos que a modernidade havia posto.

Não se pode esquecer-se de Gadamer (1996), pois, este faz uma crítica ao formalismo kantiano, ele diz: postular a existência de valores a priori, retrocede a reflexão ética, a um tipo de rigor utópico. Ele entende que o saber prático, é um tipo de reflexão que pode iluminar sua intervenção em algum contexto. Este saber, não é, por sua vez, uma técnica, mas um saber moral.

Por outro lado, para Reale e Antiseri (2007), Hegel, ao tratar da substância ética, entende que o Estado tem seu direito, mas não é uma existência abstrata e sim concreta; somente esta existência concreta, e não dos múltiplos pensamentos universais que se tem por preceitos morais, pode ser princípio de sua ação e de sua conduta. Como, muitas das vezes, o assunto sobre a moralidade, à natureza do Estado e a relação com o ponto de vista moral é tratado com superficialidade, acaba tendo uma impressão errada sobre a política, sempre achando que ela se opõe à moral. Na obra, História da Filosofia, volume 3, os filósofos dizem que:

Em si e para si, o Estado é a totalidade ética, a realização da liberdade, e que a liberdade seja real é a finalidade absoluta da razão. O Estado é o espírito que está no mundo e se realiza nele com

consciência, ao passo que, na natureza, ele só se realiza enquanto é diferente de si, em que é espírito adormecido (Reale; Antiseri, 2007).

Observando os pensamentos de Hegel sobre a consciência substancial, ele não nega propriamente o ponto de vista moral, mas apenas não concede a este a determinação do que seja o bem comum. Como bem exprimiu Robert “Hegel afirmou que o que é um bem para os homens há de estar em relação com os outros, dentro de certas instituições”.

Substância ética é construída a partir da atividade prática daqueles que pertencem à comunidade política, e tem o dever reconhecer a liberdade e a racionalidade de cada indivíduo, ou seja, a forma de agir de cada um para manter o bem comum. Seguindo a linha hegeliano, o simples pertencer uma comunidade política não basta para assegurar a vida ética desta comunidade, apenas com a racionalidade das instituições que será requerida a justificação ética de uma sociedade.

Em outras palavras, a razão da existência da ética que constrói uma base sólida nas instituições, do mesmo modo que ela está inserida nas reivindicações normativas que fazem o equilíbrio da relação entre direitos e deveres do poder político de um Estado.

Para Hegel (1975) não basta que os indivíduos cumpram seu papel civil dentro dos princípios das leis, para que as exigências da racionalidade que caracterizam a vida social e política moderna sejam satisfeitas. Todo sujeito que pertence a uma comunidade política, a um Estado, age de forma livre para com suas ações, claro que a consciência de direitos e deveres interfere no seu modo de agir. Ele ainda acredita ter uma vida baseada na ética, seja na atmosfera social como política, tudo deve ser fundamentado na ideia de liberdade, e que à tradição, o sentimento cívico ou os princípios religiosos não intervêm nas ações dos indivíduos.

Entretanto, na mesma linha de Kant, Hegel afirma que essas liberdades que todos possuem para traçar suas ações devem estar dentro da lei. Se não for assim, não será válido eticamente falando, o sujeito deve ser autoconsciente da lei e que deve se submeter, consciente do fato de que esta validade é sempre coletivamente posta e historicamente instituída.

A visada ética, defendida por Ricouer, é, em sua amplitude, a "visada da vida boa" como e pelos os outros em instituições justas. O primado da ética sobre a moral, segundo a análise de Ricouer, significa propriamente uma preponderância da visada, que compreende o aspecto reflexivo do agente ao visar o bem, o aspecto teleológico da ação, sobre a norma, a qual se liga à perspectiva deontológica. Assim Paul Ricouer afirma:

Uma herança aristotélica, em que a ética é caracterizada pela perspectiva teleológica, e uma herança kantiana, em que a moral é definida pelo caráter de obrigação da norma, portanto, por um ponto de vista deontológico (Ricouer, 1991a).

A moral refere-se à relação do agente face à lei moral, a qual exige desde uma ação que não flutue ao sabor de suas preferências ou inclinações pessoais, mas uma ação determinada pelo respeito ao dever, ao que deve ser feito.

A ética implica, por sua vez, a capacidade do sujeito da ação de engajar uma visada, ou seja, de pretender a um fim bom. Assim pode-se dizer que a ética não é o contrário da moral. O contrário da moral é o imoral.

Ricouer sublinha, no entanto, que a dimensão da universalidade não basta para caracterizar a moralidade kantiana.

É importante perceber que a unidade constituída pela visada ética e o campo das relações sociais é que irão tecer o horizonte da vida boa, que não é obra solitária de indivíduos isolados. Ela implica, evidentemente, a ligação do indivíduo a tradição, isto é, ao conjunto dos valores e normas coletivamente sancionadas e cristalizadas nas instituições, ou seja, a um *Etchos*.

Gadamer (1996) relaciona a ética à historicidade através da determinação política e social do sujeito, isto é, seu enraizamento num contexto social e político determinado, não apenas o formou tal qual ele é, mas é este quem lhe fornece o conteúdo mesmo de sua ação e é aí que ela será reconhecida como ação ética.

Diante de várias reflexões acerca da ética filosófica, nota-se que ela está ligada à virtude, à prudência, ao dever, à felicidade e à justiça.

ÉTICA: DIREITOS E DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Com base na Lei 8.112 de 1990, existem alguns critérios estabelecidos para provimentos no serviço público, nos casos de: nomeação, readaptação, reversão, reintegração, recondução, aproveitamento e promoção.

Por outro lado são estabelecidas também formas de vacância em cargo público. São elas: exoneração, que é a ocorrência do desligamento do servidor sem conotação de penalidade; bem como a demissão, esta tem conotação de penalidade. Além destas, falecimento, readaptação, promoção, posse em outro cargo inacumulável e aposentadoria são formas de vacância. A aposentadoria, neste caso se dá por meio de invalidez permanente, aposentadoria compulsória para servidor com 70 anos, e voluntária.

Também, é característica do serviço público processo de remoção. Este tipo de ação é o deslocamento do servidor para desempenhar suas atividades em outra unidade com ou sem mudança de sede. Vale ressaltar que há quatro modalidades de remoção:

- Remoção de ofício pela e do interesse da administração pública;
- Remoção a pedido do servidor, porém no interesse da administração deferir ou não;

- Remoção a pedido independentemente do interesse da administração. Isso é, quando o conjugue for transferido em decorrência de trabalho, desde que seja servidor público, motivos de saúde e através de concurso de remoção;
- Redistribuição, que é o deslocamento do cargo de provimento efetivo ocupado ou vago para outro órgão ou entidade do mesmo poder. Se o servidor público não for deslocado junto, ele ficará: disponibilidade, a desempenhar provisoriamente suas atividades em outro órgão ou entidade até o adequado aproveitamento.

É importante ter ciência de que nenhum servidor público pode receber remuneração inferior a um salário mínimo. O sistema remuneratório ocorre através de vencimento, remuneração e subsídio. Por exemplo, o vencimento é o somatório da remuneração mais as vantagens peculiares permanentes. Já o subsídio está mais voltado para os membros de poder eletivo, ministro de estado, secretários estaduais e municipais. As vantagens peculiares são: são indenizações, gratificações e adicionais.

Frente às reflexões sobre a ética, portanto, se há direitos também existem deveres que norteiam as demandas no serviço público, através das normas que servem como obstáculos para evitar comportamentos aéticos.

Desta forma, a Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece alguns princípios norteadores das condutas dos agentes públicos, são eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A legalidade para o particular é diferente da administração pública. Por exemplo: o sujeito civil pode fazer tudo que a lei não proíbe, já a administração pública pode fazer somente o que a lei autoriza ou manda.

Em relação à impessoalidade, no serviço público ninguém pode perseguir, nem privilegiar ninguém. Por exemplo: de acordo com o artigo 37, parágrafo 1º da CF/1988, a publicidade dos atos... não pode ter a finalidade de promoção pessoal.

Por outro lado, a moralidade que é a ética, a boa fé e a probidade são princípios onde cabe ao agente público distinguir o ato honesto do desonesto.

Não menos importante, a publicidade tem como objetivo tornar pública as atuações da administração. Porque, só assim os administrados tomam conhecimentos e podem contratar a atividade administrativa. Toda via, para garantir a segurança da sociedade e do Estado, ela poderá ser sigilosa.

Enfim, a eficiência pode ser traduzida por presteza, perfeição e rendimento funcional. Ela é exigida como ética do dever dos agentes públicos e do próprio órgão público na racionalização de seus cargos.

Ao se tratar da ética no serviço público, os servidores que cometem infrações devem ser disciplinados, para o bem do serviço público. A administração por meio do poder disciplinar apura os atos infracionais, funcionais e poderá impor as respectivas penalidades a seus agentes e demais pessoas submetidas à disciplina após conclusão do processo administrativo.

Aqui ressaltamos que, o Código de ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, por meio do Decreto nº 1.171/1994 esclarece:

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto (Decreto Nº 1.171, 1994).

Portanto, conclui-se que o órgão público faz uso do poder regulamentar, que é um tipo de poder que tem a administração para que possa regularizar, complementar e dar fiel execuções as leis, em busca de salvaguardar valores e princípios éticos.

ÉTICA VERSUS IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DA QUALIDADE - CICLO PDCA

O objetivo desta seção é analisar como o ciclo PDCA (ferramenta da gestão da qualidade) pode influenciar em todos os setores da organização de forma qualitativa, com base nos pressupostos éticos na instituição.

Neste contexto está inserido o ciclo PDCA (*Plan, Do, Check, Action*) que resume a natureza repetitiva e cíclica do melhoramento contínuo. Trata-se de uma sequência de atividades que são percorridas com intuito de melhorar continuamente as tarefas (Cardoso et al., 2014, p. 05).

O PDCA tem por princípio tornar mais claros e ágeis os processos envolvidos na execução de serviços públicos e privados, em especial na gestão da qualidade, dividindo-a em quatro principais partes: começa pelo planejamento, em seguida execução do que foi planejado; checa-se o que foi feito e compara com o que foi planejado constantemente, e toma-se uma ação preventiva para eliminar ou ao menos reduzir defeitos no produto ou no processo.

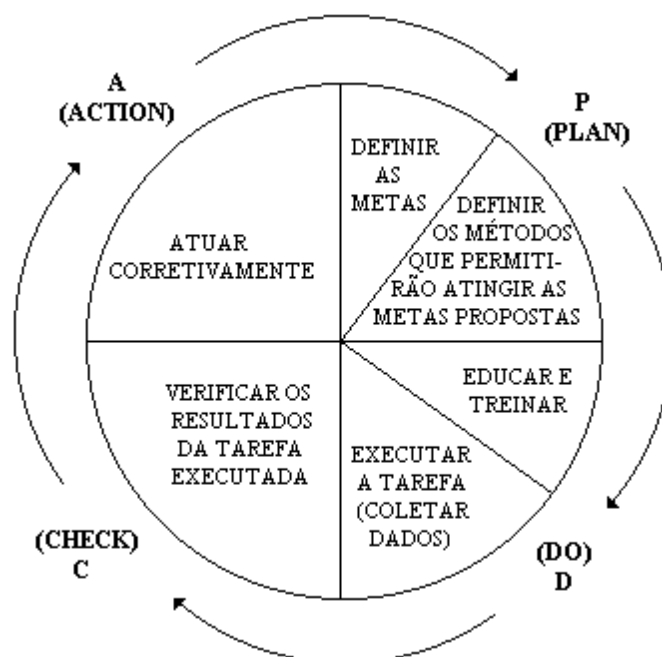


Figura 1. Ciclo PDCA de controle de processos. Fonte: Campos (2004).

Assim, ao trabalhar com o PDCA, é importante ter a clareza da visão e missão da instituição, onde está inserido. Neste sentido, o planejamento é indispensável, pois, neste momento há algumas questões prioritárias a ser resolvidas:

Como tornar o processo de compra mais eficaz? Como trabalhar em harmonia com os demais setores, tais como almoxarifado, financeiro, jurídico e demais departamentos? Como fazer com que o usuário sinta que podemos solucionar suas demandas através do nosso agir ético? Como tornar o trabalho mais produtivo e eficaz?

Para estas indagações é possível pensar algumas possibilidades, como:

- Nortear as ações profissionais com impessoalidade, eficiência, competência, além, de agir com base na legalidade, moralidade e honestidade;
- Além disso, é importante a busca constante por conhecimentos, através de diálogo com colegas e demais profissionais qualificados da área;
- Se organizar, de modo que não haja necessidade retrabalhos, bem como não faltar com compromissos firmados, para isso é relevante que tenham todas as reuniões pré-marcadas com os pares, clientes e demais usuários;
- Usar roupa adequada ao ambiente de trabalho, pois passa senso de profissionalismo;
- Fazer ações de marketing pessoal, profissional e da instituição com qualidade.

Quando se fala em gestão da qualidade em repartições públicas, nosso olhar deve se voltar em primeiro lugar para a ética no serviço público, onde o agente público deve ter em mente que só pode executar aquilo que a lei autoriza ou manda, e neste processo, o interesse público sobressai ao interesse

particular. Portanto, a prioridade é o bem comum. E, para alcançar esta finalidade, o Ciclo PDCA, composto de definição de metas e métodos, onde se valoriza a educação, o treinamento, a execução e a coleta de dados, a fim de checar metas e resultados, para que possam ser desenvolvidas ações corretivas, preventivas e de melhorias. Este recurso é fundamental para a administração pública, visto que possibilita ao agente público fomentar trabalhos de qualidade, de modo que, se produz mais com menos, assim, se garante o respeito ao Princípio da Economicidade Pública. Pois, tomar atitudes desta natureza é valorizar os cidadãos que contribuem com o pagamento de seus impostos, cuja finalidade é a garantia do zelo do patrimônio público e coletivo. Portanto, a necessidade do servidor público se comportar eticamente no ambiente de trabalho é indispensável.

CONCLUSÃO

Assim, entendemos que o agir ético é essencial nas relações interpessoais, na linha horizontal e vertical. Por outro lado, é um fator determinante, que possibilita condições das pessoas se relacionarem melhor consigo mesmo, com o outro, com a natureza e com o mundo.

A Filosofia, a partir da sua historiografia, que é milenar, oferece uma diversidade de dimensões éticas, através dos seus renomados filósofos. Portanto, sua aplicação é importante, no sentido de nortear os sujeitos, rumo a um padrão social desejado, em relação à cultura que está inserido.

Isso é visível nos diversos códigos de ética, referente aos conselhos de classes, por exemplo: Conselho de Medicina, de Fisioterapia, de Engenharias, de Advogados, de Psicologia, de Farmácia, de Enfermagem, além de outras organizações políticas e sociais, como o código de ética do servidor público.

Portanto, conclui-se que a ética é um pressuposto essencial para as relações pessoais e profissionais, pertinentes aos eventos da vida cotidiana. Deste modo, ela é primordial no processo da gestão da qualidade, na prestação de serviços públicos de excelência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbagnano N (2007). Dicionário de Filosofia. 5ª edição revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes.
- Aristóteles (1992). Ética a Nicômacos, 3. Ed. Tradução do grego, introdução e notas de Mario gama Kury. Brasília: UnB.
- Bonifácio CM (2021). Ética, o que significa ethos? Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/etica-o-que-significa-ethos/28870/>.
- BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em: 05 set. 2021.

- BRASIL (1990). Lei 8.112/1990. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm>. Acessado em: 05 set. 2021.
- BRASIL (1994). Decreto Nº 1.171/1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: 05 set.2021.
- Campos VF (2004). TQC Controle da Qualidade Total (no estilo japonês). INDG Tecnologia e Serviços Ltda, Minas Gerais. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/read/451931407/TQC-Controle-da-Qualidade-Total-no-estilo-japones>>. Acessado em: 05 set. 2021.
- Cardoso RR et al. (2014). Proposta de emprego do ciclo PDCA e de ferramentas da qualidade na melhoria contínua do sistema de gestão de uma instituição pública de ensino. Congresso Nacional em Excelência e Gestão. Niterói-RJ. Disponível em: <https://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0359_9.pdf>. Acessado em: 04 set.2021.
- Gadamer HG (1996). *Vérité et method: Les grandes lignes d'une herméneutique philosophique*. Edition intégrale revue et complete par Peirre Fruchon, Jean Grodin et Gilbert Merlio. Paris: Seuil.
- Hegel GW (1975). *Princípios de la filosofía del derecho o derecho natural y ciência política*. Traducción del alemán por Juan Luís Vermal. Buenos Aires: Sudamericana.
- Kant I (1980). *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Coleção Os pensadores. 3ª ed. São Paulo.
- Reale G, Antiseri D (2007). *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média (Vol. 1)*. 10ª ed. São Paulo: Paulus.
- Reale G, Antiseri D (2007). *História da Filosofia: Do humanismo a Kant (Vol. 2)*. 8ª ed. São Paulo: Paulus.
- Ricoeur P (1991). *O si-mesmo como um outro*. Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus.
- Universidade Católica de Brasília (2007). *Apostila de Ética. Licenciatura em Filosofia*. Brasília: EAD.

Índice Remissivo

A

Automedicação · 98

C

Cultura organizacional · 55, 56

D

Doença de Chagas · 106, 108, 109

E

Enfermagem · 186, 187, 188, 190

Ensino de Física · 71, 73, 74

Estado do Pará · 106, 107, 108

Ética · 168

F

Farmacêutico · 101

Feira · 42, 43, 44

Ferreira Gullar · 177, 181

Filosofia · 167, 169, 175

G

Gestão da Qualidade · 168

H

Hibiscus sabdariffa L · 86

M

Metodologias · 72, 74

P

Poema sujo · 177, 181, 182, 183, 184

Público · 173

R

Representatividade · 39

S

Satisfação · 44, 54, 60, 62

U

Urbano · 9

Sobre os organizadores



  **Alan Mario Zuffo**

Engenheiro Agrônomo, graduado em Agronomia (2010) na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestre (2013) em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor (2016) em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal de Lavras (UFLA). Pós - Doutorado (2018) em Agronomia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Atualmente, possui 158 artigos publicados/aceitos em revistas nacionais e internacionais, 126 resumos simples/expandidos, 63 organizações de e-

books, 39 capítulos de e-books. É editor chefe da Pantanal editora e revisor de 18 revistas nacionais e internacionais. Contato: alan_zuffo@hotmail.com.



  **Jorge González Aguilera**

Engenheiro Agrônomo, graduado em Agronomia (1996) na Universidad de Granma (UG), Bayamo, Cuba. Especialista em Biotecnologia (2002) pela Universidad de Oriente (UO), Santiago de Cuba, Cuba. Mestre (2007) em Fitotecnia na Universidade Federal do Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. Doutor (2011) em Genética e Melhoramento de Plantas na Universidade Federal do Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. Pós - Doutorado (2016) em Genética e Melhoramento de Plantas na EMBRAPA Trigo, Rio Grande do Sul, Brasil. Professor Visitante na Universidade Federal de Mato Grosso do

Sul (UFMS) no campus Chapadão do Sul (CPCS), MS, Brasil. Atualmente, possui 52 artigos publicados/aceitos em revistas nacionais e internacionais, 29 resumos simples/expandidos, 33 organizações de e-books, 20 capítulos de e-books. É editor da Pantanal Editora e da Revista Agrária Acadêmica, e revisor de 19 revistas nacionais e internacionais. Contato: j51173@yahoo.com, jorge.aguilera@ufms.br.



  **Bruno Rodrigues de Oliveira**

Graduado em Matemática pela UEMS/Cassilândia (2008). Mestrado (2015) e Doutorado (2020) em Engenharia Elétrica pela UNESP/Ilha Solteira. Pós-doutorando na UFMS/Chapadão do Sul-MS. É editor na Pantanal Editora e professor de Matemática no Colégio Maper. Tem experiência nos temas: Matemática, Processamento de Sinais via Transformada Wavelet, Análise Hierárquica de Processos, Teoria de Aprendizagem de Máquina e Inteligência Artificial. Contato: bruno@editorapantanal.com.



ID Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Pedagoga, graduada em Pedagogia (2020) na Faculdades Integradas de Cassilândia (FIC). Estudante de Especialização em Alfabetização e Letramento na Universidade Cathedral (UniCathedral). É editora Técnico-Científico da Pantanal Editora. Contato: rlustosa@hotmail.com.br



ID Aris Verdecia Peña

Médica, graduada em Medicina (1993) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especialista em Medicina General Integral (1998) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especializada em Medicina en Situaciones de Desastre (2005) pela Escola Latinoamericana de Medicina em Habana. Diplomada em Oftalmología Clínica (2005) pela Universidad de Ciencias Médica de Habana. Mestrado em Medicina Natural e Bioenergética (2010), Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba, Cuba. Especializada em Medicina Familiar (2016) pela Universidade de Minas Gerais, Brasil. Professora e Inструкторa da Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba (2018). Ministra Cursos de pós-graduação: curso Básico Modalidades de Medicina Tradicional em urgências e condições de desastres. Participou em 2020 na Oficina para Enfrentamento da Covi-19. Atualmente, possui 11 artigos publicados, e seis organizações de e-books



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br

